

ESTUDOS PRELIMINARES SOBRE AS IMPLICAÇÕES E POSSIBILIDADES EM AULAS REMOTAS

Cremilda Barreto Couto/ UFF/ FeMASS/ FAFIMA

cremildabcouto@gmail.com

Scheila Ribeiro de Abreu e Silva/ UENF/ PMM/ Observatório da Cidade de Macaé

abreu.scheila@gmail.com

Introdução

O momento vivenciado é de um cenário de mudanças e incertezas. Diante de um quadro complexo, a atuação docente se vê desafiada a adequar suas práticas, sem tempo de reflexão ou mesmo adaptação ao “novo” apresentado.

Apesar da discussão sobre tecnologias da informação e comunicação ter sido recorrente nas últimas décadas, observamos pouco avanço quando se pensa tecnologia em educação. Sendo a questão da docência considerada como primordial, tendo em conta que não são apenas os dispositivos que podem fazer mudanças em salas de aulas, mas, sim, as ações didáticas e as intervenções pedagógicas ligadas a essas tecnologias.

No entanto, em tempos de pandemia, a rotina escolar é interrompida, alterando-se radicalmente o processo de escolarização. Toda a estrutura organizacional escolar é desestruturada, apresentando-se como possibilidade aos sistemas educacionais, o processo de educação remota. Tal realidade exigiu uma nova organização escolar, incorporando aspectos que historicamente já eram discutidos, mas que careciam de uma leitura diante dos desafios que a elaboração e a implementação de uma prática pedagógica virtual exigem. Além disso, recursos estruturais também eram necessários tanto para professores, quanto para alunos.

Parte das reflexões apresentadas neste texto se dão ainda no mês de abril de 2020, quando o município de Macaé começa, como o restante do país, a tentar compreender o quadro que se instaurava e a estabelecer os protocolos de ação, nos seus vários campos. Na educação, a realidade suscitou reflexões acerca do currículo escolar, conhecimento e aprendizagem, metodologias de ensino, resultados escolares, educação fora do ambiente formal, dentre outros.

Neste contexto, inicia-se no Observatório da Cidade¹, estudos preliminares sobre a temática, que são suscitados a partir de algumas perguntas iniciais. Quais são os estudantes que possuem/não possuem equipamento digital? Como identifica-los? Quantas horas o estudante ficará no celular ou outro meio digital estudando? Como as informações estão chegando aos alunos? Há real interação dos alunos com os docentes? Como as relações educacionais estão se estabelecendo?

Já naquele início, com informações e conhecimentos incipientes do que representava a Covid-19, um dilema ocupava as reflexões. A realidade sinalizava para efeitos que chegariam diretamente nas comunidades mais vulneráveis, acentuando um quadro de desigualdades sociais já preocupante. No caso de Macaé a questão do desemprego, já tinha uma configuração acentuada, dada a economia gerada diretamente pela produção do petróleo.

Os impactos negativos da pandemia sobre as crianças e jovens careciam então, de serem analisados, considerando as indicações, e, também, a forma de acompanhamento para o período de crise e também de pós-crise, tendo em conta as estratégias a serem implementadas tanto de busca ativa das crianças e jovens que podem não retornar à escola depois que as atividades forem retomadas, como o resgate do processo de aprendizagem, para que esses estudantes tenham condições de voltar a estudar, garantindo seu direito ao processo de escolaridade.

Diante deste panorama, iniciou-se estudos preliminares sobre as questões apontadas, partindo inicialmente da contextualização teórica sobre aspectos legais, metodologias complementares e alguns indicativos para a educação. Além da troca com outros pesquisadores do Observatório, que encaminhavam suas reflexões para outros campos, como a saúde, a economia, o serviço social e outros. Nascendo a partir de então uma rede multidisciplinar de pesquisadores de várias universidades.

Esse relato de experiência tem como objetivo apresentar parte das reflexões² sobre o momento vivenciado, desde o início da pandemia e sua interferência no campo

¹ O Observatório da Cidade de Macaé foi criado através da Portaria nº 09/208, da secretaria Adjunta de Ensino Superior e tem sua sede na Cidade Universitária em Macaé/RJ. É efetivado por meio de parceria acadêmica voluntária, na constituição de uma rede interinstitucional que reúne agentes públicos de universidades, instituições privadas de ensino, gestão pública municipal e instituições parceiras. Disponível em <http://www.macaee.rj.gov.br/ensinosuperior/conteudo/titulo/observatorio-da-cidade-de-macaee>. (Consultado em 14/09/2020)

² As reflexões iniciadas no final do mês de março de 2020, apresentadas em parte neste relato de experiência, foram publicadas no Boletim Ciência Macaé: ano 1, nº 1 – junho 2020. Disponível em

educacional, assim como apontar elementos que contribuam para dar sequência a outros questionamentos e construções.

Assim, a metodologia se desdobra em dois momentos: inicialmente a proposta foi contribuir para a ampliação da compreensão do trabalho de forma remota e o impacto deste na formação e prática do professor. Além de problematizar as demandas apontadas pela crise causada pelo COVID-19. Para posteriormente, olhar questões que se apresentaram como necessárias de serem observadas mais detalhadamente, através de aplicação de questionário, junto aos professores da Rede Municipal de Ensino de Macaé.

Contexto legal

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 o ensino à distância ganha maior visibilidade e relevância no campo da educação. O Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica (Portaria nº 522 em 09/04/1997). O programa levou às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. No balanço de 2019 do Ministério da Educação - MEC, foi apresentado o programa “Educação conectada”, que tem como meta levar o acesso à internet de alta velocidade a 100% das escolas públicas urbanas, com perspectiva também para atendimento às escolas rurais. Apesar disso, na prática ainda se depara com um abismo entre os que têm acesso às tecnologias para fins educacionais e os que não têm.

De maneira rápida e inesperada, observamos que juntamente com o Ensino Domiciliar, chega como saída para o fechamento de escolas diante da pandemia do Covid-19, a Educação à distância, que só mais tarde foi se desenhando nas redes como ensino remoto ou interação remota. Sem tempo para análises mais aprofundadas, os sistemas e redes de ensino passam a utilizar ferramentas tecnológicas com o objetivo de diminuir o prejuízo dos alunos e manter, certa “normalidade” para a ausência da escola.

Apesar da diferenciação entre o ensino à distância e a aula remota, demarca-se com fins reflexivos, que a educação à distância, aparece legalmente como proposta complementar – LDB 9394/96, Art 32 § 4º “o ensino a distância utilizado como

complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”, como no caso da Covid-19. Porém, sabemos, que esta exige um mínimo de condições para a sua efetivação, já que existe toda uma metodologia, formação do professor e recursos específicos para o bom funcionamento da modalidade à distância. No caso das aulas remotas, em sua maioria, não se pode contar com condições sociais e econômicas favoráveis em boa parte das famílias, o que a tornou um desafio ainda maior, principalmente para os professores.

Metodologias de ensino complementares – salas de aulas virtuais

Os problemas enfrentados pelo modelo de escola e metodologias utilizadas em sala de aula não são novos, parte deles enunciados pelo Movimento da Escola Nova (LIBÂNEO, 2013; GADOTTI, 2003). No que se refere ao uso dos recursos tecnológicos, provoca até certo distanciamento, tendo em vista o interesse atual das crianças e jovens por tais aparelhos eletrônicos não utilizados na escola ou por ela ofertados.

A situação do covid-19 trouxe à tona a urgência de se revisitar a sala de aula e a necessidade de ofertar ao professor formação continuada, que o leve à apropriação do uso de tecnologias em sala de aula. Entretanto, isto vem se dando sem possibilidade de reflexão ou mesmo de condições físicas adequadas ao seu desenvolvimento.

A inserção deste paradigma no atual quadro da educação provoca interrogações, entre as quais destacamos: o que representaria a mudança no modo de educar nas escolas? Qual a visão de conhecimento e aprendizagem que sustenta essa educação em rede? Como a utilização das novas tecnologias se colocam neste processo, considerando que são recursos e não meios de aprendizagem? Como estão sendo feitas as adaptações curriculares para este cenário de educação virtual? E a avaliação do processo, como se dá?

Nessa vertente, vemos a necessidade de desenvolvimento metodológico de ensino complementar, num momento em que se enfrenta o desafio de um a sala de aula virtual, em que os estudantes não se dispersem e evadam da escola. Além da necessidade de se pensar a transformação do tempo afastado do espaço físico da escola e da mediação presencial do professor.

Indicativos para a Educação

Como estratégias pós-crise podemos observar em plano macro, a importância de elaboração de políticas públicas que criem igualdade de condições de acesso às

ferramentas tecnológicas para o máximo de crianças e jovens, tanto em termos de pais como de estados e municípios. Já que o quadro do covid-19, ressaltou o quanto ainda somos carentes de ofertas de laboratórios de informática, de uso de *smartphones*, celulares, internet de qualidade e de outras ferramentas que não fazem parte do cotidiano escolar da maioria dos estudantes. Além da percepção do quanto a maioria dos educadores não dominam o uso desses equipamentos.

Como o trabalho da educação pública está voltado para crianças e jovens, em sua maioria, de camadas econômicas menos favorecidas, é preciso contar cada vez mais com a presença do poder público, para que a ausência da tecnologia ou o não acesso dela, aumente as desigualdades sociais, conforme expressa o professor António Nóvoa (2020).

Rumo às novas possibilidades educacionais

Diante do quadro emergencial apresentado pelo COVID-19, nos deparamos com a realidade de alguns responsáveis com pouca formação escolar, ou fora dos bancos escolares há algum tempo, a falta de pessoas que auxiliem na realização das tarefas, tendo em vista que alguns familiares trabalham em serviços essenciais. Além de mães trabalhadoras que trazem, em sua maioria, as responsabilidades econômicas da casa e o acúmulo das tarefas domésticas.

São muitos os desafios enfrentados pelos gestores, professores, familiares, que estão sendo ser enfrentados. Pretendemos com essas reflexões iniciais avaliar o cenário dentro do que já é possível compreender e nos abrimos para pensar novas possibilidades para o campo educacional.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura - Portaria nº 522, de 09 de abril de 1997. Brasília: MEC, 1997.

GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 2003.

LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

NÓVOA, A. Plano de Formação Continuada Territorial – Aula Magna. 14 de abril de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5Nico&t=1156s>

